



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/05/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 13

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Publicitação do início do procedimento – Revisão do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

2. 7.^a Modificação aos documentos previsionais de 2019

APROVISIONAMENTO

3. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.^a edição das Festas da Cidade” - Ratificação do despacho n.º 167-CF/DAF/2019 de 17 de Maio de 2019

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

4. “Requalificação da cantina escolar da Embra – CP n.º 22/2019” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

5. “Intervenções Urgentes de Regularização Fluvial nas áreas afetadas pelos Incêndios Florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 – CP n.º 23/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

6. Ratificação do despacho de autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades desportivas, festivas ou outras, licença especial de ruído e licença de autorização de espaço público ou privado com publicidade, do Clube Automóvel da Marinha Grande

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

7. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Santos Barosa - Vidros S.A.

8. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Böllinghaus Steel, S.A.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

9. Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016 - decisão final - retificação de erro material

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Publicitação do início do procedimento – Revisão do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais.

433 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande foi aprovado pela Assembleia Municipal, em 30 de março de 2010. Tendo sido posteriormente alterado pela

deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão ordinária realizada em 31 de maio de 2013, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril, que simplificou o regime de acesso a diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero».

Em 16 de janeiro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 10/2015 que aprovou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

O mencionado decreto-lei procedeu à alteração de diversos diplomas, entre os quais o citado Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, que estabelece o novo regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, e à revogação de outros diplomas, designadamente, a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, que determina o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.

Por outro lado, a Assembleia Municipal da Marinha Grande aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, o Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, em sessão realizada em 30 de abril de 2010, publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 95, que contempla em anexo as taxas respeitantes a operações urbanísticas.

Em virtude das alterações legislativas a nível do licenciamento industrial, do alojamento local e ainda das decorrentes do “Licenciamento Zero”, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 30 de abril de 2013, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de abril de 2013, aprovou a alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Destarte, e face à urgência de adequar o Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande às alterações regulamentares em curso no Município, mas aproveitando, também, a oportunidade para introduzir alterações que se destinam a melhorar a sua eficácia, corrigir pequenas imprecisões e alguns ajustamentos, por forma a uma melhor adequação do Regulamento às vicissitudes que foram surgindo, a Câmara Municipal, tendo como premissa o regime do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, onde estabelece, nos artigos 97.º a 101.º, o dever de se publicitar o início do procedimento, consagrando a obrigatoriedade da sua publicitação na Internet, no sítio institucional da entidade pública que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados, a Câmara Municipal deliberou (ANEXO I) em 17 de março de 2016 :

- a) Dar início ao procedimento relativo à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.
- b) Que a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município da Marinha Grande, sendo que os interessados deverão constituir-se no procedimento no prazo de dez dias úteis, a contar da publicitação de edital no sítio da internet, com vista à apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento.
- c) Que a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento, seja formalizada por escrito, através de requerimento disponibilizado para o efeito no mesmo sítio da internet, no Balcão de Relações Públicas da Câmara Municipal, no Gabinete de Atendimento ao Munícipe e nos serviços administrativos da área de urbanismo.

O Edital de abertura do Procedimento foi assinado, nos termos da Lei, em 30 de março de 2016, tendo-se inscrito no mesmo e apresentado propostas para o novo Regulamento, na qualidade de parte interessada, apenas a ACIMG - Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande conforme anexo (ANEXO II).

Não obstante não foi possível até à data de hoje concluir esse procedimento, considerando a complexidade da matéria em apreço, nomeadamente a revisão ao Regulamento Municipal de Edificação Urbana e por falta de recursos internos com experiência e qualificação para a realização do estudo de fundamentação económica da tabela de taxas municipais.

Por outro lado, não é possível deixar de considerar as alterações legislativas ocorridas no período sucessivo após a abertura do procedimento, e em particular a aprovação da Lei Quadro 50/2018 de 16 de agosto, regulamentada pelos respetivos Decretos-Lei setoriais publicados posteriormente, que concretiza a transferência de competências da administração central para as autarquias locais.

Resulta assim imprescindível que a Câmara Municipal promova a revisão e reformulação dos demais regulamentos municipais que têm impacto sobre a tabela municipal de taxas e licenças, e por isso deve ser considerada a necessidade de promover a revisão do:

- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
- Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços
- Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade
- Regulamento Municipal de Atividades Diversas
- Regulamento Municipal de Atividades de Comércio a Retalho Não Sedentária
- Regulamento Geral de Taxas
- Regulamento Geral de Preços

Deste trabalho, espera-se que resulte a uniformização dos diferentes regulamentos municipais e a unificação da tabela de taxas municipais.

Assim, a Senhora Presidente coloca à consideração do executivo municipal a seguinte proposta:

1. Revogar a deliberação inicial de 17 de março de 2016;
2. Publicitar a abertura do procedimento para a Revisão dos Regulamentos Municipais supracitados e da Tabela de Taxas Municipais nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, artigos 97.º a 101.º;
3. Recomendar a contratação de consultoria técnica especializada para com a Equipa Técnica da Câmara Municipal, a constituir para o efeito, realizar os trabalhos de:
4.
 - a) Revisão e elaboração de regulamentos municipais tendo em conta a legislação atualmente em vigor;
 - b) Elaboração do Estudo de Fundamentação Económico-Financeira para revisão da Tabela de taxas, no âmbito da Lei n.º 53-E/2006, de 29 setembro, atendendo ao enquadramento legislativo atualmente em vigor.

A Câmara Municipal, depois de apreciar esta proposta, e no uso da competência prevista na Lei 75/2013, de 12 de setembro, art.º 33, al. k), e em cumprimento do disposto nos artigos 97.º a 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, delibera:

- a) **Dar início ao procedimento relativo à alteração do**
 - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
 - Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços
 - Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade
 - Regulamento Municipal de Atividades Diversas
 - Regulamento Municipal de Atividades de Comércio a Retalho Não Sedentária
 - Regulamento Geral de Taxas
 - Regulamento Geral de Preços
- b) **Determinar que a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município da Marinha Grande, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal no prazo de vinte dias úteis, a contar da publicitação de edital no sítio da internet, com vista à apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento.**
- c) **Determinar que a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento, seja formalizada por escrito, através de requerimento disponibilizado para o efeito no mesmo sítio da internet, no Balcão de Relações Públicas da Câmara Municipal, no Gabinete de Atendimento ao Município e nos serviços administrativos da área de urbanismo.**

Mais, recomenda a contratação de consultoria técnica especializada para com a Equipa Técnica da Câmara Municipal, a constituir para o efeito, realizar os trabalhos de:

- a) **Revisão e elaboração de regulamentos municipais tendo em conta a legislação atualmente em vigor;**
- b) **Elaboração do Estudo de Fundamentação Económico-Financeira para revisão da Tabela de taxas, no âmbito da Lei n.º 53-E/2006, de 29 setembro, atendendo ao enquadramento legislativo atualmente em vigor.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

2. 7.ª Modificação aos documentos previsionais de 2019

434 - Presente proposta da 7ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019 no valor de 32.555,00 euros nos reforços e de 32.555,00 euros nas anulações.

5.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019 no valor de 32.555,00 euros nos reforços e de 32.555,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas

resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...).”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 7.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

APROVISIONAMENTO

3. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.ª edição das Festas da Cidade” - Ratificação do despacho n.º 167-CF/DAF/2019 de 17 de Maio de 2019

435 - Presente o despacho n.º 167-CF/DAF/2019, datado de 17 de Maio de 2019, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Presente o processo de aquisição nº 32/2019 – AP/DDC, com o objeto “Produção da 6.ª edição das Festas da Cidade”, cuja decisão de abertura de procedimento de contratação pública foi tomada por deliberação camarária de 8 de abril de 2019, tendo sido adotado o procedimento de concurso público, e com adjudicação deliberada em reunião camarária de 7 de maio de 2019, à proposta apresentada pelo concorrente EXEMPLUS INTERNATIONAL, LDA, NIPC 514 999 934, pelo valor global de 200.000,00€ (duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, face ao critério de adjudicação definido, nomeadamente o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo.

Considerando que no dia 7/5/2019 se procedeu à notificação da adjudicação, via plataforma compras públicas, requerendo-se ao adjudicatário a apresentação dos documentos de habilitação preceituados no art.º 16º do Programa de Procedimento e a prestação da caução preconizada no art.º 21.º do mesmo.

Considerando que nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 16.º do Programa de Procedimento do Concurso Público n.º 32/2019-AP/DDC, foi concedido ao adjudicatário o prazo de 3 dias úteis, para entrega dos documentos de habilitação e que este procedeu à sua entrega no dia 08/05/2019, cumprindo o prazo estabelecido, sendo que todos os documentos entregues se encontram disponíveis na plataforma da Vortal e arquivados no dossier da contratação do referido processo administrativo.

Considerando que nos termos do art.º 21.º do Programa de Procedimento o adjudicatário dispunha de 10 dias úteis, a contar da data da notificação da adjudicação, para proceder à prestação da caução, no montante de 10.000,00€, terminando o referido prazo no dia 21/05/2019.

Considerando que no decurso deste prazo, todas as questões colocadas pelo adjudicatário relativas à prestação da caução foram cabalmente esclarecidas, em tempo, via plataforma de compras públicas da Vortal e em cumprimento do programa de procedimento.

Considerando que o adjudicatário no dia 15/5/2019 submeteu na plataforma de compras públicas da Vortal uma comunicação com o teor “pedido de desistência”, assinada de forma digital qualificada pelo representante legal da entidade, Eduardo Rocha Silva Neto, nos termos da certidão permanente que instrui o processo administrativo, informando a entidade adjudicante do que de seguida se transcreve:

“(...) A Exemplus Internacional, Lda vem por meio desta declarar que, apesar de adjudicada em 7/05/2019 e em função de ainda não ter sido celebrado o contrato, considera que não estão reunidas as condições necessárias para a execução do contrato bem como para a prestação da caução. Vimos, portanto, apresentar a desistência do PA 32/2019.(...)”

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 91.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar em tempo a caução que lhe seja exigida.

Considerando que apesar de ainda não ter ocorrido o término do prazo para a prestação da caução, a comunicação formal submetida pelo adjudicatário na Vortal no dia 15/05/2019 foi precedida de reunião na CMMG na manhã desse mesmo dia, resultando da conjugação da informação aí prestada e da comunicação submetida na plataforma de compras públicas, de forma clara e inequívoca, que o adjudicatário não reúne condições para a execução do contrato e para a prestação da caução.

Considerando que está em causa a realização da 6.ª Edição das Festas da Cidade, evento de enorme relevância cultural para o concelho da Marinha Grande e em particular para a sua população e para todas as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho envolvidas na sua realização.

Considerando que o adjudicatário EXEMPLUS INTERNATIONAL, LDA, NIPC 514 999 934 assumiu que não reúne condições para a execução do contrato.

Considerando que a data de realização das Festas da Cidade está consolidada e divulgada para os dias 30 de maio a 2 de junho de 2019, não sendo possível o adiamento da execução do objeto do contrato para data distinta.

Considerando as circunstâncias enunciadas anteriormente e nos termos do preceituado no n.º 2 do art.º 91 do Código dos Contratos Públicos, caso a adjudicação caduque por não prestação de caução pelo adjudicatário ordenado em primeiro lugar, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

Considerando que nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, podem ser convocadas reuniões extraordinárias por iniciativa da Presidente da Câmara Municipal com pelo menos dois dias de antecedência e que nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma a ordem do dia deve ser entregue a todos os membros com a antecedência mínima de 2 dias úteis sobre a data de início da reunião.

Considerando que após a comunicação do adjudicatário no dia 15/05/2019 importou proceder a uma avaliação cuidada dos efeitos da mesma.

Considerando que a notificação da adjudicação ao concorrente ordenado em segundo lugar, determina que o mesmo tenha de ser notificado para a apresentação dos documentos de habilitação e para a prestação da caução em tempo que permita a celebração contrato.

Considerando que para garantir a realização do evento a montagem das infraestruturas e dos equipamentos no recinto deve ter início no dia 20 de maio de 2019, sob pena de ser inviável a realização da 6.ª Edição das Festas da Cidade de 30 de maio a 2 de junho de 2019, considerando que está em causa não apenas a criação de condições logísticas no espaço do recinto, como a contratação de artistas e outros técnicos especializados em várias áreas de atuação assim como a obtenção de licenciamentos e outros indispensáveis à produção do evento, todos amplamente descritos no Caderno de Encargos.

Considerando que o agendamento hoje de reunião extraordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande, órgão competente para a decisão de contratar, apenas permitia a sua realização na próxima quarta-feira, dia 22/05/2019.

Considerando que nos termos do preceituado no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, a Presidente da Câmara Municipal, pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Considerando que, atentos todos os motivos anteriormente aduzidos, é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Face ao exposto e considerando a declaração de desistência apresentada pelo adjudicatário EXEMPLUS INTERNATIONAL, LDA, NIPC 514 999 934, na qual indica expressamente que não reúne condições para a execução do contrato e para prestação da caução, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município da Marinha Grande, no exercício de competência prevista no artigo 35º, n.º 1, alínea f), nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 91.º e artigo 73.º, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho **determino:**

☐ A caducidade da adjudicação do P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.ª edição das Festas da Cidade” efetuada ao concorrente EXEMPLUS INTERNACIONAL, LDA, NIPC 514 999 934, pelo valor global de 200.000,00€ (duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dispensando a audiência prévia, pelo facto de esta ter remetido declaração de desistência do procedimento, e informado que não reúne condições para executar o contrato e para prestar a caução.

☐ A Adjudicação do P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.ª edição das Festas da Cidade” à proposta ordenada em lugar subsequente, apresentada pelo concorrente DOMINGO NO MUNDO, SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO, LDA, NIPC 505 506 386, com o valor global de 206.900,00€ (duzentos e seis mil e novecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a ordenação constante do relatório final, datado de 26/4/2019.

☐ Que seja notificado o adjudicatário DOMINGO NO MUNDO, SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO, LDA, NIPC 505 506 386, para proceder à apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução no valor de 10.345,00€, nos termos e prazos preceituados no Programa de Procedimento.

☐ Aprovo a minuta do contrato, referente à adjudicação ao DOMINGO NO MUNDO, SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO, LDA, NIPC 505 506 386, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos.

☐ Designo como gestoras do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, as trabalhadoras Eleonora Nunes e Cármen Cruz.

A despesa subjacente ao contrato a celebrar tem enquadramento orçamental na ação do PAM 2018/A/148, classificação orgânica/económica 06/020220, devendo os serviços financeiros proceder à emissão dos documentos contabilísticos subjacentes ao presente despacho.”

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 3, do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho n.º 167-CF/DAF/2019 de 17 de Maio da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

4. “Requalificação da cantina escolar da Embra – CP n.º 22/2019” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

436 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “A ENCOSTA-CONSTRUÇÕES, SA”, para a execução da obra “REQUALIFICAÇÃO DA CANTINA ESCOLAR DA EMBRA”.

Presente informação da DQV, com a ref.ª PG10/2019, de 21 de maio, que se dá por integralmente reproduzida, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, do art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, no âmbito da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA CANTINA ESCOLAR DA EMBRA”, em que é cocontratante a firma “A ENCOSTA-CONSTRUÇÕES, SA”, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. “Intervenções Urgentes de Regularização Fluvial nas áreas afetadas pelos Incêndios Florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 – CP n.º 23/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

437 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “MARVÃO MÁQUINAS, L.DA”, para a execução da obra designada por “INTERVENÇÕES URGENTES DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL NAS ÁREAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS ENTRE AGOSTO E OUTUBRO DE 2017”.

Presente informação da DQV, com a ref.^a PG11/2019, de 21 de maio, que se dá por integralmente reproduzida, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, do art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, no âmbito da empreitada de “INTERVENÇÕES URGENTES DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL NAS ÁREAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS ENTRE AGOSTO E OUTUBRO DE 2017”, em que é cocontratante a firma “MARVÃO MÁQUINAS, L.DA”, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

6. Ratificação do despacho de autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades desportivas, festivas ou outras, licença especial de ruído e licença de autorização de espaço público ou privado com publicidade, do Clube Automóvel da Marinha Grande

438 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/4913/2019, de 06 de maio de 2019, o Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou a isenção das taxas para a emissão de autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades desportivas, festivas ou outras, de licença especial de ruído e de licença de autorização de espaço público ou privado com publicidade, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizou no dia 18 de maio de 2019;
Considerando que a Câmara reuniu ordinariamente no dia 20 de maio de 2019;
Considerando que o evento pretende dinamizar e promover o convívio da comunidade;
Considerando que até à data do evento não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara;
Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.^a Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da

Câmara, datado de 16 de maio de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão de autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades desportivas, festivas ou outras, de licença especial de ruído e de licença de autorização de espaço público ou privado com publicidade, requerido pelo Clube Automóvel da Marinha Grande, para a realização da atividade “19º Encontro de Clássicos e Desportivos”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

7. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Santos Barosa - Vidros S.A.

439 - Presente parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), com o registo de entrada com o n.º E/5815/2019, de 17 de maio de 2019, à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e ao estabelecimento de medidas preventivas para uma área de 54.395,4 m2, localizada na Rua dos Cortiços, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, a Sul da via férrea da linha do Oeste.

Na sua reunião de 08-04-2019, a Câmara Municipal deliberou ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), propor, à Assembleia Municipal, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDMMG), numa área de 54.395,4 m2, localizada na Rua dos Cortiços, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, a Sul da via férrea da linha do Oeste, devidamente identificada em planta anexa à referida deliberação, de modo a viabilizar a construção de um edifício de armazenamento do produto final, proveniente da unidade industrial propriedade da sociedade Santos Barosa, S.A., bem como as infraestruturas que lhe andam associadas.

Mais deliberou propor àquele órgão deliberativo o estabelecimento de medidas preventivas, cujo texto normativo consta da informação jurídica dada por integralmente reproduzida na referida deliberação e que ficou anexa à mesma, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º.

A proposta de suspensão e o estabelecimento de medidas preventivas foram objeto de parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do n.º 3 do artigo 126.º e n.º 2 do artigo 138.º, respetivamente, ambos do RGIT.

Assim, a Câmara Municipal delibera remeter à Assembleia Municipal - órgão competente para a determinação da suspensão parcial do PDMMG e para o estabelecimento de medidas preventivas, nos termos da já mencionada alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 126.º e n.º 1 do artigo 137.º do mesmo diploma - a proposta de suspensão parcial do PDMMG e o estabelecimento das respetivas medidas preventivas, aprovadas na já citada reunião camarária datada de 08-04-2019, devidamente acompanhada do parecer favorável da CCDRC, tal como determina o n.º 6 do já aludido artigo 126.º

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Böllinghaus Steel, S.A.

440 - Presente informação técnica datada de 22-05-2019, identificativa do local da execução da obra e indicação da norma do PDMMG violada.

Presente informação jurídica sobre o assunto, datada de 22-05-2019, sobre a qual recaiu parecer de concordância da chefe da Divisão de Gestão do Território e despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, ambos da mesma data.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado pela sociedade Böllinghaus Steel, S.A., com o registo de entrada com o n.º 3846/2019 e concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica que apreciou o assunto, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), propor, à Assembleia Municipal, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDMMG), numa área de 47.590,00 m², localizada na Travessa da Indústria, n.º 6, em Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande, devidamente identificada em planta, que igualmente se anexa, de modo a viabilizar a ampliação da unidade industrial, propriedade daquela sociedade para albergar um novo equipamento industrial.

Mais delibera propor àquele órgão deliberativo o estabelecimento de medidas preventivas, cujo texto normativo consta, igualmente, da já mencionada informação jurídica, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º.

A proposta de suspensão é, nos termos do n.º 3 do referido artigo 126.º, objeto de parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo que a presente deliberação e respetiva informação jurídica devem ser remetidas para essa entidade, antes da presente proposta ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

9. Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016 -decisão final - retificação de erro material

441 - Presente deliberação camarária de 07-05-2019 pela qual foi determinada: “...*declarar a nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15 de setembro de 2016, nos termos dos artigos 161º, nº 2, alínea e) e alínea l) e artigo 162º nº 2 do Código do Procedimento Administrativo*”.

Atento o seu conteúdo verifica-se, porém, que contém incorreção quanto à data da deliberação camarária nº 794 tornada nula, designadamente na menção do mês.

Os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, como é o caso, podem ser retificados a todo o tempo, pelo órgão competente, para a revogação do ato, com efeitos retroativos, em conformidade com o artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigos 174º do Código do Procedimento Administrativo retificar a deliberação camarária de 07-05-2019, nos seguintes termos:

Onde se lê: "... deliberação camarária nº 794, de 15 de setembro de 2016 ..."

Deve ler-se : "... deliberação camarária nº 794, de 15 de dezembro de 2016, "

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Lara Lino.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 10:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
--